

Aristóteles Drummond

Prioridade óbvia em projeto da Cidade do Rio

O prefeito Eduardo Paes anunciou ano passado que iria executar no segundo mandato um projeto de alta repercussão na vida da cidade, na região do Porto Maravilha.

Trata-se do Parque do Povo, ao longo da orla portuária, com jardins, pistas de esporte, eventos, um píer voltado para atender navios de turismo e ilha flutuante para abrigar restaurantes. Um ganho paisagístico, turístico e que vai ser um upgrade na qualidade e estética daquela região. Projeto este que não vai ter ônus para a trânsito nas

pistas existentes que ligam o túnel Marcello Alencar a Avenida Brasil.

A repercussão do projeto na autoestima da cidade será imensa, pois abre as pistas onde circulam milhares de veículos para a Baía da Guanabara, a visão dos encantos da cidade. Pode ainda ser ponto de embarque de barcos de recreio para circular dentro da baía. E ter piscinas flutuantes com balneários de qualidade. Uma revolução a que não faltará o apoio da iniciativa privada.

O Rio tem tido, aliás, nos

empresários fator relevante em projetos emblemáticos, geradores de emprego, renda e qualidade de vida ao cidadão. Empreendedores como Roberto Medina, Sávio Neves e Alexandre Accioly têm proporcionado grandes projetos aos quais não faltam apoio da municipalidade. E certamente estarão presentes no Parque do Povo.

A previsão de ilhas flutuantes, uma nova zona de lazer e entretenimento para a cidade, sua população e visitantes, que vai consolidar o prefeito no patamar de Pereira

Passos, Carlos Sampaio, Carlos Lacerda e Negrão de Lima.

O projeto é mil vezes mais conveniente do que o outro falado, que promoveria transtornos incriveis na demolição do complexo de viadutos de acesso ao Túnel Santa Bárbara, na Avenida 31 de Março, de grande utilidade na conexão da Zona Sul com as saídas da cidade e a Zona Norte.

Esta será uma pauta positiva na agenda da prefeitura com o governo federal, pois a jurisdição do porto é da União.

EDITORIAL

Dívidas dos estados, sem solução a prazo

Questão ainda sem solução no horizonte, a dívida dos estados e cidades para com a União não para de subir. É o que atesta o ‘Balanço Geral da União referente a 2024’, elaborado e divulgado, nessa quinta-feira (3), pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, ao revelar que o endividamento cresceu 17% em um ano, saltando de R\$ 619 bilhões, em 2023, para R\$ 727 bilhões, no ano passado.

Como fator de expansão, o estudo do Tesouro aponta o fato de que a amortização da dívida foi inferior à atualização do saldo devedor. Dos programas de financiamento de débitos em atividade, além do instituído em 1997, o referente ao regime de recuperação fiscal responderia pela maior parte do aumento do saldo devedor dos entes subnacionais.

Os estados com saldos devedores mais expressivos – após aderirem ao Regime de Recuperação – ficaram sem pagar as parcelas por um tempo, e os retomaram para quitar apenas uma parcela do valor devido.

A divulgação da rápida elevação das dívidas estaduais ocorre em um momento de intensa negociação com o Planalto, que acena com o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), pelo qual são aplicados descontos nos juros e parcelamento do saldo devedor em até 30 anos. Outra medida, nesse contexto, seria a criação de um fundo de equalização federativa, a título de compensação para os estados em melhor situação fiscal.

Ao mesmo tempo, o relatório da STN ressalta a destinação de R\$ 50,3 bilhões, pelo governo federal, no ano passado, como aportes de capital a diversos fundos públicos, de modo a reforçar os principais instrumentos de financiamento para desenvolvimento regional, habitação, infraestrutura e garantias de crédito.

Como uma forma de ‘alívio’, esses recursos foram excluídos do cálculo das despesas do governo federal (as chamadas despesas primárias), pois são formas de financiamento de projetos.

Outro dado relevante do balanço do Tesouro é o que admite que as receitas previdenciárias do regime geral (INSS) serão insuficientes para a cobertura das respectivas despesas no horizonte de 76 anos.

Ruy Castro*

O mercado das lindas enciclopédias impressas desapareceu

Foi há uns 20 anos. Paulo Goes, fotógrafo carioca, fundador da Banda de Ipanema, criador da expressão “Devagar, quase parando” e com invencível histórico de levantamento de copo nos borequins de Ipanema, conseguiu, não sem árdua luta, parar de beber. Com isso, viu-se de repente com mais horas vagas por dia do que estava habituado. Para piorar, com a multidão de amadores munidos de celular fotografando a si mesmos, a extinção dos profissionais da fotografia, como ele, parecia iminente.

Para aproveitar o tempo e faturar algum, Paulo qualifi-

cou-se para vender de porta em porta a Encyclopaedia Britannica impressa. Com tantos amigos intelectuais e que falavam inglês, não podia dar errado. Mas deu. Não só todos já tinham a coleção como, podendo acessá-la agora pela internet, queriam se livrar dela para ganhar espaço — um deles, eu. E era muito espaço a ganhar: 24 volumes em grande formato e papel bíblia e, como brindes, o Webster Dictionary em três sólidos volumes e um Atlas gigante. Tomavam um metro e meio de estante. Para onde mandar tudo isso? Para um sebo, não? Sim e não. Todos os sebos

a quem ofereci minha Britanica (de graça, claro) a recusaram. Alegavam já ter pelo menos dez delas ocupando quilômetros de suas prateleiras, ao lado de outras coleções impressas que as pessoas estavam lhes despejando: os quatro volumes do “Lello Universal”, os 13 das obras adultas de Monteiro Lobato, os 18 do “Tesouro da Juventude”, os 19 da Enciclopédia Barsa, os 32 da “História Universal”, de Cesare Cantu, e os 44 fascículos de “Gênios da Pintura” da Editora Abril. Não podiam aceitar mais nenhum.

Ao entrar hoje em qualquer sebo, você verá, nas

prateleiras mais altas, quase exigindo uma escada Magirus para serem alcançadas, diversas dessas coleções, encaalhadas desde então. Todas agora cabem, juntas, num reles celular.

Que eu saiba, o querido Paulo nunca conseguiu vender uma Britannica. Para ele, o mundo estava mesmo devagar, quase parando. E, em 2012, parou de vez.

***Jornalista e escritor. Autor das biografias de Carmen Miranda, Garrincha e Nelson Rodrigues. Membro da Academia Brasileira de Letra**

Márcio Coimbra*

Perigos da Sinodependência

Ao longo dos anos, a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil. A balança entre os dois países, entretanto, começou a emitir sinais de alerta, especialmente pela acentuada queda em nossas exportações e salto nas importações no último ano. Em 2024, a China representou 28,6% das nossas exportações, uma redução de 9,5% comparada a 2023, ao mesmo tempo que as importações aumentaram 19,6%.

Já alertei em diversos artigos sobre os riscos de depositarmos somente em um parceiro comercial um elevado percentual de nossas trocas internacionais, o que classifico no atual cenário, focado na China, como um claro sintoma de sinodependência.

Neste contexto, nosso comércio internacional, pouco diversificado, torna o Brasil vulnerável a qualquer tipo de externalidade que possa ferir nossa economia.

No quesito importações, é fundamental entender que

tipo de produtos o Brasil vem trazendo da China. Se em um primeiro momento estávamos falando de bens duráveis e equipamentos de telecomunicações, algo mudou neste cenário. Aquilo que vimos em 2024 evidencia esta realidade, uma vez que o aumento de entradas da China veio acompanhado da importação de produtos de baixo custo no mercado brasileiro, um movimento que claramente prejudica nosso desenvolvimento industrial.

Ao contrário do Brasil, a China cerca sua economia de cuidados, diversificando parceiros, sem criar dependência de qualquer nação, algo que protege Pequim de solavancos e crises. Nenhum país possui uma fatia maior do que 9% nas importações chinesas. No Brasil, a dinâmica é a oposta, uma vez que 24,5% de tudo que importamos vem diretamente do país oriental.

Os números de nossas trocas com Pequim precisam ser avaliados com cautela, com o

objetivo de evitar um aprofundamento deste cenário onde nossas exportações caem drasticamente, na mesma medida que as importações de produtos de baixo custo e condições de produção suspeitas disparam em nosso país. Este é um modelo que já foi experimentado e rejeitado por outras nações, especialmente por ser extremamente predatório para a economia nacional.

Vale lembrar que o avanço da relação com Pequim cobra também seus dividendos políticos. Apesar da Nova Rota da Seda não passar pelo Brasil, no último ano, ambos os países assinaram 37 acordos que podem asfaltar este processo, um caminho já abandonado por outras nações como a Itália, que assim como o Panamá, retirou-se da iniciativa por perceber que além de lucros com a infraestrutura, a conta chega com uma boa dose de submissão política.

Atualmente 65% de nossas exportações concentram-

-se em apenas cinco parceiros comerciais sob a liderança incontestada de Pequim. O Brasil precisa encontrar soluções que visem evitar os riscos de uma sinodependência que fornece sinais de alerta. Precisamos evitar os exemplos de Coreia do Sul e Itália, que, ao intensificarem suas interações com a China, sofreram sérios déficits comerciais. É extremamente necessário encontrar alternativas para estarmos inseridos nas cadeias globais de comércio de forma sadia e independente, longe de qualquer dependência.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Cientista Político, mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal**

Opinião do leitor

Luto

Luto amarga a alma. Sangra o coração. Luto sussurra no ouvido da amada. Desperta lembranças que invadem a solidão. Luto acaricia prazeres. Leva sentimentos para o altar da ternura. Luto é o amor eterno. Martiriza os ossos. Luto é o sofrimento a flor da pele. Luto é rosário espiritual.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

HÁ 95 ANOS: EUA PODE LIMITAR MIGRAÇÃO PARA O PAÍS

As principais notícias do Correio da Manhã em 4 de abril de 1930 foram: Senado dos EUA discute projeto que limita migração da América Latina para o país. Paraguai aceita proposta de reestabelecer relações diplomáticas com a Bolívia. Conferência Naval debate a propos-

HÁ 75 ANOS: DUTRA ABRE 1º CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 4 de abril de 1950 foram: Conselho da Europa termina com a aceitação dos convites para a Alemanha Ocidental e o Sarre fazerem parte do grupo. Alemanha Oriental espera definição para tomar posição sobre a vizinha germã-

ta de segurança pela França. Minas Gerais protesta contra a presença das tropas federais no edifício da Junta Eleitoral.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Claúdio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.